

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE- FEAAC**

CURSO: CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NATHÁLIA CARVALHO RODRIGUES MOTA

EXCLUSÃO SOCIAL MULTIDIMENSIONAL NO NORDESTE DO BRASIL.

FORTALEZA

2020

NATHÁLIA CARVALHO RODRIGUES MOTA

EXCLUSÃO SOCIAL MULTIDIMENSIONAL NO NORDESTE DO BRASIL.

Monografia apresentada a faculdade de Economia, Administração, Atuaria e contabilidade, como requisito parcial para a obtenção do grau de Barachel em Ciências Econômicas.

Prof. Orientador: Dr. José de Jesus Sousa Lemos

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R614e Rodrigues Mota, Nathália Carvalho.

Exclusão Social Multidimensional no Nordeste do Brasil / Nathália Carvalho Rodrigues Mota. – 2020.
34 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos.

1. Índice de Exclusão Social. 2. Nordeste. 3. Indicadores Sociais. I. Título.

CDD 330

NATHÁLIA CARVALHO RODRIGUES MOTA

EXCLUSÃO SOCIAL MULTIDIMENSIONAL NO NORDESTE DO BRASIL.

Monografia apresentada a faculdade de Economia, Administração, Atuaria e contabilidade, como requisito parcial para a obtenção do grau de Barachel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: 28 / 08 / 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr José de Jesus Sousa Lemos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.Me. Fabrício José Costa Holanda
Centro Universitário Uniateneu

Prof^a. Ma. Vanecilda de Sousa Barbosa
ETE – Ariano Vilar Suassuna

“A minha mãe Cândida Carvalho e ao meu noivo
Júnior Lima pelo apoio e incentivo constante.”

AGRADECIMENTOS

A Deus por ser a base e sempre estar comigo nos momentos de luta e nos momentos de glória.

A minha mãe Cândida, que dedica sua vida a mim e a meus irmãos, por seu apoio e amor constante. Meus sinceros agradecimentos a essa mulher guerreira de quem eu tenho muito orgulho e me referencio.

Aos meus irmãos, Isabele, Helano e Giovana que são minha força e motivação para seguir em frente.

A minha vó Marilda pelo seu amor e por suas palavras sempre de incentivo e motivação.

Ao meu noivo e grande amor Júnior, por sua grande ajuda, incentivo e amor ao longo dessa jornada.

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar através do Índice de Exclusão Social (IES) criado por Lemos, a evolução dos indicadores de qualidade de vida da população do Nordeste do Brasil nos anos de 2005 a 2015. O IES é composto por três indicadores e três subindicadores. Os indicadores são: passivo de educação (PASSEDUC), definido pelo percentual da população maior de 15 anos que se declara analfabeta, passivo econômico (PASSECON), percentual da população que sobrevive em domicílios com renda variando de zero a dois salários mínimos e passivo ambiental (PASSAMBI). Os três subindicadores que constituem o PASSAMBI são: privação a água encanada, privação ao saneamento básico e privação a coleta sistemática de lixo. Os resultados nos mostram uma carência generalizada em todo o Nordeste, onde se destacam os elevados números de analfabetos, assim como também os atuais níveis de renda e a falta de acesso a água encanada, saneamento e coleta de lixo. O estudo conclui que não houve evolução dos indicadores de 2015 (final da pesquisa), comparando os que foram contabilizados de 2009 por Lemos.

Palavras-Chave: Exclusão Social. Nordeste. Pobreza. Educação. Saneamento Básico.

ABSTRACT

The study aims to analyze through the Social Exclusion Index (SEI) created by Lemos, 2012 the quality of life evolution indicators of the population in the Northeast of Brazil in the years 2005 to 2015. The SEI is composed of three indicators and three sub-indicators. The indicators are: education liabilities (PASSEDUC), defined by the percentage of the population over 15 years old who declare themselves to be illiterate; economic liabilities (PASSECON), percentage of the population that survives in households with income ranging from zero to two minimum wages; and environmental liabilities (PASSAMBI). The three sub-indicators that make up PASSAMBI are: deprivation of piped water, deprivation of basic sanitation and deprivation of systematic garbage collection. The results show us a general lack across the Northeast, where the high numbers of illiterates stand out, as well as the current income levels and the lack of access to piped water, sanitation and garbage collection. The study concludes that there was a little evolution in the 2015 indicators (end of the survey), comparing those that were recorded in 2009 by Lemos.

Keywords: Social Exclusion. Northeast. Poverty. Education. Sanitation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pesos para cada indicador do Índice de Exclusão Social, Brasil, 2012.....	18
Tabela 2 – Pesos para estimar o indicador Passambi, Brasil, 2012.....	18
Tabela 3 – Evolução da população analfabeta no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – Passivo de Educação Geral (%)	19
Tabela 4 – Evolução da população analfabeta em áreas urbanas no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – Passivo de Educação Urbano (%)	19
Tabela 5 – Evolução da população analfabeta em áreas rurais no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – Passivo de Educação Rural (%)	20
Tabela 6 – Evolução do salário mínimo nominal e em valores corridos pelo IGP para o ano de 2015, no período de 2005 a 2015 (%)	21
Tabela 7 – Evolução da privação de renda no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – Passi- vo Econômico Geral (%)	22
Tabela 8 – Evolução da privação de renda em áreas urbanas no Nordeste do Brasil entre 20- 05 e 2015 – Passivo Econômico Urbano (%)	22
Tabela 9 – Evolução da privação de renda em áreas rurais no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – Passivo Econômico Rural (%)	23
Tabela 10 – Evolução da Privação de Acesso a Água Encanada no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – PRIVAGUA Geral (%)	24
Tabela 11 – Evolução da Privação de Acesso a Água Encanada no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – PRIVAGUA Urbano (%)	24
Tabela 12 – Evolução da Privação de Acesso a Água Encanada no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – PRIVAGUA Rural (%)	25
Tabela 13 – Evolução da Privação de Acesso ao Saneamento no Nordeste do Brasil entre 20- e 2015 – PRIVSANE Geral (%)	26
Tabela 14 – Evolução da Privação de Acesso ao Saneamento no Nordeste do Brasil entre 20- e 2015 – PRIVSANE Urbano (%)	26
Tabela 15 – Evolução da Privação de Acesso ao Saneamento no Nordeste do Brasil entre 20- 05 e 2015 – PRIVSANE Rural (%)	27
Tabela 16 – Evolução da Privação a Coleta de Lixo no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – PRIVLIXO Geral (%)	28
Tabela 17 – Evolução da Privação a Coleta de Lixo no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015	

PRIVLIXO Urbano (%)	28
Tabela 18 – Evolução da Privação a Coleta de Lixo no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015	
– PRIVLIXO Rural (%)	28
Tabela 19 – Evolução do IES das Áreas Urbanas no Nordeste do Brasil, entre 2005 e 2015	
IES Geral (%)	29
Tabela 20 – Evolução do IES das Áreas Rurais no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015	
– IES Urbano (%)	30
Tabela 21 – Evolução do IES das Áreas Rurais no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015	
– IES Rural (%)	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1	Desenvolvimento do Nordeste.....	10
2.2	Desenvolvimento rural x desenvolvimento urbano.....	12
2.3	Discussão conceitual sobre pobreza e exclusão social.....	13
3	METODOLOGIA	16
3.1	Levantamento dos dados.....	16
1.1	Índice de Exclusão Social (IES).....	16
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	18
4.1	Passivo de Educação (PASSEDUC)	18
4.2	Passivo Econômico (PASSECON).....	20
4.3	Passivo Ambiental (PASSAMBI)	23
4.3.1	Privação de Acesso a Água Encanada (PRIVAGUA)	23
4.3.2	Privação de Acesso ao Saneamento (PRIVSANE).....	25
4.3.3	Privação de Acesso a coleta de lixo (PRIVLIXO).....	27
5	ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL NO NORDESTE BRASILEIRO.....	29
6	CONCLUSÃO.....	31
7	REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história o Brasil tem se deparado com uma acentuada porcentagem de sua população inserida em condições de pobreza, pelas quais no contexto do país a pobreza vinculada a desigualdade social é um produto das relações econômicas, políticas e culturais que naturalizam o distanciamento dos pobres da sociedade, considerando que estes não são apenas excluídos do acesso a renda, mas também de direitos que asseguram a condição de cidadania(SILVA; BANDEIRA; LOPES, 2011)

Decorrente da industrialização a partir dos anos 1950 – 1960, a pobreza foi reconhecida como questão social, pois com ela houve uma grande expansão populacional nos centros urbanos favorecendo o crescimento desorganizado dessas cidades e ocasionando uma redução na qualidade de vida da população, levando em consideração a incapacidade de sanar as necessidades básicas de uma população cada vez maior(VALLADARES 1991 apud SILVA;BANDEIRA;LOPES,2011)

Para HDR (1997 apud Lemos, 2012), pobreza é, na verdade, um fenômeno social, haja vista que uma pessoa, ou uma família, é considerada pobre em relação a determinados preceitos, tais como incapacidade de ter acesso a determinados bens e serviços; incapacidade de participar de uma forma digna no mercado de trabalho por falta de educação e habilidades adequadas, principalmente; ou atingir um padrão mínimo de qualidade de vida.

Nas pesquisas, independente do critério adotado, o Nordeste do Brasil sempre aparece como a região mais pobre do país (MONTEIRO, 2007).

Na década de setenta, quando ainda se dividia o mundo em três regiões econômicas, o economista Celso Furtado classificou o Nordeste como pertencente ao Quarto Mundo, pela sua condição de extrema pobreza. Desde então, a situação só tem se agravado. Mesmo na década de noventa, quando o Nordeste manifestou um crescimento maior do que o Brasil considerado em sua totalidade, a pobreza da região ainda assim aumentou como resultado de um sistema de distribuição de renda perverso, baseado na exclusão. (MONTEIRO, 2007, p. 142)

Segundo Unicef (1999 apud Monteiro, 2007) 150 das cidades com maior índice de desnutrição se encontram no Nordeste, sendo que 33,66% das crianças com menos de cinco anos apresentam sinais claros de desnutrição. Cerca de 30% da população de todo o país se encontra no Nordeste, e ali se concentram 62% dos pobres do país. Metade de sua população possui uma renda familiar de meio salário mínimo.

Para Soares, Souza e Silva (2016) de 2004 a 2013 a pobreza e a extrema pobreza tiveram uma redução significativa caindo de 20% para 9% da população, porém o norte e o nordeste do Brasil não acompanharam essa redução, apresentando ainda as maiores taxas de pobreza, em todas as duas regiões.

Assim, este estudo tem o objetivo geral de analisar através do Índice de Exclusão Social (IES) criado por Lemos em 1995 e evoluído para a formatação atual em 2012, a evolução dos indicadores da qualidade de vida da população do Nordeste do Brasil nos anos de 2005 a 2015. A pesquisa também tem o intuito de analisar em qual porcentagem esses indicadores chegam na região Nordeste, o que eles indicam e se houve evolução dos mesmos comparando o período estudado ao período analisado em Lemos (2012). A análise é feita por estados com desdobramentos para as áreas rurais e urbanas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, serão discutidos alguns conceitos e definições que são essenciais para fundamentar a base teórica desse estudo.

2.1 Desenvolvimento do Nordeste

Pereira (2006) conceitua desenvolvimento econômico como o processo de acumulação de capital e incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital onde este leva ao aumento da produtividade ou aumento de renda por habitante e conseqüentemente um aumento de bem-estar populacional.

Para Lemos (2012) durante bastante tempo desenvolvimento e crescimento econômico foram vistos erroneamente como sinônimos.

Furtado (2004) na passagem a seguir sugere a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico.

[...]o crescimento econômico, tal qual conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (FURTADO, 2004, p.484).

Goodland (1989 apud Lemos, 2012) também estabelece a distinção que, na sua avaliação, deve existir entre crescimento e desenvolvimento. Para ele crescimento econômico é referente à expansão pela qual a escala de dimensões físicas do sistema econômico passa já

desenvolvimento econômico significa o padrão de vida das transformações, sejam elas econômicas sociais ou estruturais.

Segundo Samuelson e Nordhaus (1988) crescimento econômico se define como o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo, já desenvolvimento econômico se constitui em um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos setores da economia, com o intuito de melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social, como: pobreza, desigualdade e educação.

De uma perspectiva estritamente técnica, o desenvolvimento econômico, quando confundido com o mero crescimento, depende fundamentalmente da elevação do nível de produtividade dos fatores de produção. A elevação de produtividade, por sua vez, depende da acumulação de capital. Esta concepção de desenvolvimento está em concordância com a escola clássica, principalmente na linha de pensamento de Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo. No geral estes pensadores concordam que o acúmulo de capital se constitui na fonte fundamental para o crescimento [...]. (LEMOS, 2012, p.38).

Nesta perspectiva Kindleberger e Herrick Filho et al. (1977 apud Filho et al, 1998) não tratam os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico como sinônimos mas acreditam que para que haja desenvolvimento é necessário que haja crescimento.

Segundo Sen (2010) o principal fim e o principal meio do desenvolvimento é a expansão da liberdade humana. Assim, o desenvolvimento consiste em eliminar tudo que de alguma maneira priva as pessoas das oportunidades e de fazerem suas próprias escolhas.

No Nordeste segundo Oliveira (2016) as raízes do desenvolvimento vêm da formação sócio-histórica da sua região, com criações de projetos e instituições. Em 1952 o BNB (Banco do Nordeste do Brasil) foi criado por Getúlio Vargas com o intuito de fomentar o desenvolvimento na região Nordeste, se colocando como um banco de investimentos e banco assistencial (COSTA NETO, 2004).

GTDN (1967, apud Oliveira, 2016) diz que com Celso Furtado à frente, em 1957, foi criado o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), ao qual coube realizar um diagnóstico sobre os entraves ao desenvolvimento da região e propor ações para sua superação. Dentre essas se destacaram: industrialização, reestruturação agrícola, colonização, investimento em energia etc. Logo após teve origem a SUDENE, em 1959 onde segundo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi uma das conquistas mais importantes para o Brasil, pois deu início a uma nova era marcada pela incorporação progressiva da região Nordeste.

Em função de uma grande recessão no país na década de 80, em 2001 foi extinta a SUDENE e houve a criação da ADENE, porém ainda segundo a superintendência do Desenvolvimento do Nordeste a mesma foi rejeitada pela população e em 2007 foi instituída a nova SUDENE, onde esta foi dotada com instrumentos de ações: o PRDNE (Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste) com o objetivo de valorizar o que a região tem de positivo para a economia do século XXI e enfrentar as heranças acumuladas no século XX. O FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) que visa contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste através de instituição financeira federal de caráter regional. E o FDNE (Fundo de desenvolvimento do Nordeste) que tem a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da SUDENE, em infraestrutura e serviços públicos.

2.2 Desenvolvimento rural *vis a vis* desenvolvimento urbano

De acordo com Marcuzzo e Ramos (2005) no processo de modernização mundial, muitos passaram a acreditar que o desenvolvimento está diretamente ligado ao processo de urbanização, considerando o meio rural como representação do atraso.

Quando se busca compreender, interpretar e analisar as características dos espaços rural e urbano pode-se observar a existência de muitas vertentes. “Dentre outras pode-se analisar as características e diferenças do rural e do urbano na paisagem, nas relações sociais, culturais, de vivência, de uso do solo, econômicas, só para citar algumas em tais espaços e na relação entre eles” (ROSAS, 2010, p.42)

Para Veiga (2000 apud Bento, 2016) inexistente a concepção de que “o desenvolvimento rural” seja um fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento é um processo complexo. Desse modo, pode-se apenas recorrer à simplificação para tentar explicá-lo, estudando separadamente o “lado rural do desenvolvimento”.

[..] Entende-se desenvolvimento rural não apenas como estando vinculado ao incremento da produção agrícola, mesmo a familiar. Imagina-se um conceito amplo em que a produção de bens vegetais, ou de criação, se constitui parte importante do processo, mas não única. Encaminha-se para o entendimento do desenvolvimento rural como o acesso democrático aos serviços essenciais por parte das famílias que optarem livremente por viver nessas áreas. Serviços essenciais a serem providos pelo Estado e que conseguem transformar-se em aditivos importantes e definitivos no complemento do acesso às rendas monetárias e não-monetárias advindas das atividades produtivas agrícolas ou não-agrícolas. (LEMOS, 2012, P.54)

Segundo o IBGE (2003) rural é a área externa ao perímetro urbano, composta por setores: aglomerado rural, aglomerado rural do tipo extensão urbana, aglomerados rurais isolados, povoado, núcleo e outros aglomerados.

Os países em desenvolvimento devem seguir um paradigma de desenvolvimento com base na parceria rural – urbano, pois os países pobres tendem a concentrar seus recursos escassos no desenvolvimento industrial urbano, mesmo aqueles países onde ainda é majoritária a população rural. Assim, com isso acelera a migração rural – urbana e os problemas que ela trás para as cidades. Dessa forma o redirecionamento dos esforços desenvolvimentistas para o terceiro mundo tornaria mais atrativa as áreas rurais de forma a reter a população mais pobre e potenciais imigrantes, seria uma solução viável para o problema. (KAGEYAMA, 2004 apud EPSTEIN; JEZEPH, 2001)

2.3 Discussão conceitual sobre pobreza e exclusão social

Segundo Bento et al. (2016) não existe consenso em torno do conceito de pobreza. Além disto, os estudos sobre essa temática tendem a reduzir a dificuldade do fenômeno. A pobreza pode ser dividida em duas linhas de pensamento: a primeira objetiva, quantificável e a segunda subjetiva, qualificável.

A primeira abordagem pode ser denominada de pobreza econômica, pois defende que a insuficiência de renda é o principal critério para identificação dos pobres. Os adeptos dessa concepção utilizam como metodologia de mensuração a formulação de linhas de pobreza [...] A segunda abordagem, com características subjetivas e qualitativas, surge como crítica às limitações da formulação mais quantitativa e generalizada até então utilizada. Portanto, foi elaborada para superar a visão econômica da pobreza e agregar outros aspectos, como o social, o cultural e o político. (BENTO et al., 2016, p.313 e 314)

Segundo Soares, Sousa e Silva (2016) a definição de pobreza exclusivamente em termos de renda não consegue captar o total das privações que fazem de alguém pobre.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (1997) a preocupação em identificar as pessoas afetadas pela pobreza e o desejo de medi-la, às vezes obscurecia o fato de que a pobreza é muito complexa para ser reduzida a uma única dimensão da vida humana, a renda. Apesar de que na renda concentra-se uma dimensão importante da pobreza, esta fornece apenas uma imagem parcial das muitas maneiras pelas quais a vida humana pode ser arruinada. Alguém pode gozar de boa saúde e viver por muito tempo, mas ser analfabeto e, assim, cortado da aprendizagem, da comunicação e das interações com os outros. Outra pessoa pode ser alfabetizada e muito bem educada, mas propensa a morte prematura por causa de características

epidemiológicas ou físicas. A privação de nenhum deles pode ser capturada pelo nível de sua renda. Além disso as pessoas percebem a privação de maneiras diferentes e cada um define a privação e as desvantagens que afetam a sua vida.

Para Sen (2010) a pobreza também não deve ser somente vista como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza, mas sim como privação das capacidades básicas. Essa perspectiva de pobreza como privação das capacidades básicas mostra que a baixa renda é uma das principais causas da pobreza, levando em consideração que a falta de renda pode privar uma pessoa das capacidades básicas. Assim ele trás três argumentos que são a favor da pobreza como privação das capacidades básicas: 1. A pobreza pode razoavelmente ser identificada nos termos de privação de capacidades. 2. O baixo nível de renda não é a única influência sobre a privação das capacidades. 3. O impacto que a renda causa nas capacidades é condicional.

Assim, o conceito de pobreza envolve um forte componente de intangibilidade e até de ideologia. Isto conduz a interpretações e, por consequência, formas de suavizá-las de acordo com o arcabouço teórico de análise de que se disponha ou de que se queira fazer uso. Dessa forma, partindo de uma perspectiva neoclássica, a pobreza é vista como uma condição ou período na vida de um indivíduo ou de uma família em relação a uma linha imaginária, em geral, facultativamente definida e ancorada em renda monetária (Lemos, 2012)

Segundo Rocha (2003) quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, o valor monetário a esse custo de atendimento das necessidades alimentares de uma pessoa ou população é denominado linha de indigência ou linha de pobreza extrema, já quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidades, trata-se da chamada linha de pobreza.

A linha de pobreza, neste caso, é definida como um padrão de vida medido em termos de renda ou de consumo, abaixo do qual as pessoas são consideradas como pobres e acima do qual as pessoas não são mais consideradas como pobres (Lemos 2012 p. 64 apud REED; SHENG, 1996, p. 12).

Vinhais e Souza (2006) dividem a linha de pobreza em absoluta e relativa. A linha de pobreza absoluta é referente a um valor de renda fixo e independe de sua distribuição. Tem como vantagem a permissão de comparações entre diferentes períodos de tempo, podendo – se acompanhar a evolução da pobreza, porém tem como desvantagem a dificuldade de ajusta-la em economias com grandes taxas de crescimento. Já a linha de pobreza relativa utiliza o

conceito de relação entre um certo grupo considerado pobre, comparando-o com o total da população.

Ainda segundo Vinhais e Souza (2006) é possível escolher uma linha híbrida entre a linha de pobreza absoluta e a linha de pobreza relativa. A construção dessa linha híbrida de pobreza depende diretamente de indicadores absolutos e relativos de pobreza.

Adentrando ao conceito de exclusão social, segundo a Comissão das Comunidades Europeias (2003) exclusão social se traduz em um processo através dos quais alguns indivíduos são colocados a margem da sociedade e impedidos de participarem dela, seja por conta de sua pobreza, ou mesmo por discriminação. Já para Silver (2005) a exclusão social é a negação de respeito, reconhecimento e direitos.

Portanto, são considerados excluídos socialmente os indivíduos que além da situação de pobreza, são privados de seus direitos como cidadãos, ou cujos laços sociais foram cortados. Sheppard (2006)

A exclusão social é um processo que abrange a todos com condições e níveis diferenciados. Tal processo sugere que a sociedade é de alguma forma exposta à exclusão social. Além dos recursos financeiros e materiais, a exclusão social engloba aqueles que são limitados por uma causa ou uma diversidade de obstáculos, tais como: a discriminação, a falta de oportunidades de emprego local, baixas qualificações, doença crônica, medo do crime e isolamento geográfico (Borba e Lima, 2011 apud Barry, 1998; Rodrigues et al., 1999; Wixey et al., 2005).

Assim, observamos que os conceitos de pobreza e exclusão social estão intimamente ligados, sendo que Almeida, 1993, p. 832 e Rodrigues, 2000, p. 176 trazem, que a pobreza é um dos fatores determinantes da exclusão social onde afeta os mais vulneráveis pelas condições financeiras.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (1997) trás que a pobreza é uma constante luta. Indivíduos, famílias e comunidades precisam lidar com a privação, limitando suas vidas, aproveitando qualquer oportunidade para escapar. Mas enquanto eles lutam, o mundo ao redor deles muda, apresentando novas oportunidades e novas ameaças. Algumas pessoas se levantam

de pobreza. Outros continuam pobres. E ainda outros tornar-se recentemente pobre. Assim, a pobreza está sendo constantemente criada e recriada. Ele desaparece em alguns lugares, mas reaparecem outro lugar, em outros momentos.

3 METODOLOGIA

3.1 Levantamento dos dados

Os dados são secundários e retirados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) disponível no site do IBGE entre os anos de 2005 e 2015, exceto no ano de 2010, que por se tratar do ano em que foi realizado o Censo Demográfico não foi feita a Pnad. Assim no ano de 2010 foi feita uma média para cada indicador entre os anos de 2009 e 2011. Todos os dados foram coletados ano a ano, estado por estado do Nordeste do Brasil.

Os dados foram coletados em tabelas na Pnad anual de cada estado. Os dados do Passivo Social foram coletados na tabela 3.1 onde esta traz dados sobre a educação de crianças a partir de cinco anos de idade até sessenta anos ou mais. Os dados referentes ao Passivo Econômico foram coletados na tabela 7.1, que traz informações sobre a renda mensal dos domicílios e os dados do Passivo Ambiental foram coletados na tabela 7.5 que informa a situação de cada domicílio referente ao saneamento, acesso a água, acesso a coleta de lixo e acesso a iluminação elétrica.

3.2 Índice de Exclusão Social (IES)

O Índice de Exclusão Social (IES) foi criado por Lemos com o intuito de aferir os padrões de exclusão social, entendidos como sinônimos de pobreza. Este índice foi criado inicialmente em 1995 e sofreu mudanças e evoluções até sua versão mais atual, em 2012. Nesta ele é constituído por três indicadores: passivo social, passivo econômico e passivo ambiental (LEMOS, 2012).

Segundo Lemos (2012) a partir da identificação das dificuldades que o IDH tem de aferir padrões de bem-estar ou mal-estar nas economias menos desenvolvidas que o IES foi

construído, devido à falta de veracidade nos dados apurados sobre a variável esperança de vida ao nascer. O IES em sua amplitude varia de 0 a 100, sendo que quanto mais próximo de 100 maior será a porcentagem da população excluída, assim podemos observar que o IES é um indicador de aferição de mal estar.

Apresenta-se o IES por meio da seguinte equação:

$$IES_i = P_{i1}Y_{i1} + P_{i2}Y_{i2} + P_{i3}Y_{i3}; \text{ em que } i = 1, 2, \dots, n;$$

Em que:

Y_{i1}: representa o passivo de educação ou Passeduc que é definido pela porcentagem da população maior de 15 anos que se declara analfabeta.

Y_{i2}: representa o passivo econômico ou Passecon que é definido pela privação da população em relação a renda monetária.

Y_{i3}: representa o Passambi, onde este é estimado por três outros indicadores, inserido na seguinte equação:

$$PASSAMBI = P_{i4}Y_{i4} + P_{i5}Y_{i5} + P_{i6}Y_{i6}$$

Na equação acima o P_{ij} assim como no IES representa os respectivos pesos em que a soma deles vai de zero a um. Os outros indicadores são definidos da seguinte forma:

Y_{i4}: representa o Privagua, que é definido pela porcentagem da população que habita em domicílios sem acesso a água encanada.

Y_{i5}: representa o Privsane, definido pela porcentagem da população que habita em domicílios sem saneamento adequado.

Y_{i6}: representa o Privlixo, definido pela porcentagem da população que habita em domicílios sem coleta de lixo adequada.

P_{ij} são os respectivos pesos em que a soma deles vai de zero a um.

Os pesos associados aos indicadores do IES são originados da análise estatística multivariada, assegurando que eles não sejam influenciados pela subjetividade do seu criador. Podemos encontrar em Lemos (2012) maiores detalhes acerca de como foram gerados os pesos.

Com o intuito de dar continuidade aos resultados do trabalho em referência para a região Nordeste do Brasil, optou-se por utilizar os mesmos pesos. Na Tabela 1, apresentam-se os pesos associados aos indicadores PASSEDUC, PASSECON e PASSAMBI.

Tabela 1 – Pesos para cada indicador do Índice de Exclusão Social, Brasil, 2012.

INDICADOR	PESOS
PASSEDUC	0,35
PASSECON	0,35
PASSAMBI	0,30
TOTAL	1,00

Fonte: Adaptado de Lemos (2012)

Na tabela 2 estão os pesos estimados para os subindicadores do indicador PASSAMBI, assim como definido em Lemos (2012).

Tabela 2 – Pesos para estimar o indicador Passambi, Brasil, 2012.

SUBINDICADOR	PESOS
PRIVAGUA	0,35
PRIVSANE	0,35
PRIVLIXO	0,30
TOTAL	1,00

Fonte: Adaptado de Lemos (2012)

Com isso, a equação a seguir é a definição do Índice de Exclusão Social:

$$IES = 0,35Yi1 + 0,35Yi2 + 0,30(0,35Yi4 + 0,35Yi5 + 0,30Yi6)$$

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo utilizou o Índice de Exclusão Social (IES) para aferir os padrões de exclusão social, entendidos como sinônimos de pobreza.

4.1 Passivo de Educação (PASSEDUC)

Nesta seção apresentam-se as evoluções das taxas de analfabetismo das populações maiores de 15 anos no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015. Na tabela 4, apresentam-se estes resultados para as áreas urbanas e, na tabela 5, estão os resultados para as áreas rurais.

Dos dados mostrados na tabela 3, se pode observar que o percentual de analfabetos no Nordeste do Brasil reduziu de 19,6% em 2005 para 16,8% em 2015, uma regressão de apenas 2,8%.

O estado de Alagoas apresentou as maiores taxas de analfabetismo tanto em 2005 como em 2015, porém foi o estado com o segundo maior percentual de redução do analfabetismo

entre 2005 e 2015, uma redução de 3,8% no período, perdendo apenas para a Bahia que teve uma redução de 4,8%, passando de 18,3% para 13,5% de sua privação.

Tabela 3 – Evolução da população analfabeta nos Estados e no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – Passivo de Educação Geral, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
NE	19,6	18,6	17,3	17,6	16,7	17,3	18,0	17,9	17,8	17,5	16,8
BA	18,3	17,6	15,3	16,8	16,3	15,4	14,4	15,9	14,9	14,7	13,5
CE	18,6	17,3	16,2	16,9	15,7	16,1	16,5	16,3	16,7	16,2	17,3
SE	18,0	16,2	19,8	13,4	14,3	15,1	16,0	16,3	16,9	17,1	15,6
MA	21,2	19,6	18,0	17,6	16,8	19,2	21,6	20,8	19,8	19,6	18,8
PI	23,1	22,7	20,3	19,7	20,3	19,8	19,3	18,8	19,7	20,2	18,1
PB	20,9	19,7	16,2	19,9	19,2	20,0	20,8	18,5	18,2	16,9	17,1
PE	16,6	15,6	19,2	15,1	15,2	15,5	15,8	16,7	15,2	14,7	15,3
AL	23,8	23,0	15,9	22,3	18,4	20,1	21,8	21,8	21,6	21,9	20,0
RN	15,5	15,6	14,8	16,7	13,9	14,9	15,8	16,0	17,1	16,2	15,7

Fonte: IBGE, 2005, 2015

Os resultados obtidos e apresentados nas tabelas 3 e 4 nos mostram que, em todo o Nordeste, as taxas de analfabetismo são elevadas porém os números são bem maiores nas áreas rurais.

Devido essas altas percentagens de analfabetos nas áreas rurais, o Nordeste ainda apresenta no geral, elevado percentuais de analfabetos, os quais foram discutidos acima. Vemos que nas áreas urbanas, os percentuais são bem menores do que nas áreas rurais, mas ainda em escalas que deixam a desejar.

Alagoas, em geral, teve as maiores taxas de analfabetismos nas áreas urbanas e rurais entre 2005 e 2015. O Estado tinha, em 2005 nas áreas urbanas 18,8% e 33,8% de analfabetos nas áreas rurais e urbanas, respectivamente, e alcançou o ano de 2015 com 15,4% de analfabetos nas áreas urbanas e 34,7% de analfabetos nas áreas rurais.

A Paraíba ocupou a segunda pior posição na evolução do analfabetismo das suas áreas urbanas e rural no período em análise. Chegou ao final de 2015, com 14% da sua população urbana e 30% da sua população rural analfabeta.

Tabela 4 – Evolução da população analfabeta em áreas urbanas nos estados do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – Passivo de Educação Urbano, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BA	12,6	12,1	12,0	11,0	10,9	10,6	10,3	11,3	10,3	10,2	9,1
CE	14,7	14,0	13,1	13,4	12,6	12,2	11,8	12,5	12,5	12,3	12,7
SE	14,6	12,7	12,5	10,2	11,1	10,6	10,1	10,6	11,5	11,8	11,1

MA	16,5	14,5	14,6	13,5	12,4	14,2	15,9	15,6	14,2	14,9	14,2
PI	16,1	15,6	14,1	14,0	13,6	14,2	14,7	15,3	14,5	14,2	13,2
PB	17,6	16,5	15,6	16,3	16,1	15,2	14,3	15,2	15,4	13,7	14,0
PE	12,9	12,1	12,4	11,9	11,9	12,4	12,8	14,1	12,6	11,1	11,6
AL	18,8	17,6	16,4	16,9	14,9	16,0	17,1	17,9	16,3	18,1	15,4
RN	13,0	12,8	12,6	14,4	11,2	12,0	12,8	12,5	13,0	13,2	12,2

Fonte: IBGE, 2005, 2015

A Bahia apresentou a menor taxa de analfabetismo nas áreas urbanas durante todo o período analisado e concluiu o ano de 2015 com um percentual de 9,1%. As áreas rurais no Maranhão concluíram 2015 com a menor taxa do Nordeste, chegando em 25,8%.

Tabela 5 – Evolução da população analfabeta em áreas rurais nos estados do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – Passivo de Educação Rural, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BA	30,0	29,4	30,4	30,1	28,8	27,8	26,7	26,8	28,2	28,9	26,4
CE	31,0	28,1	26,4	29,3	26,5	28,1	29,6	26,9	28,7	27,7	29,8
SE	32,9	32,3	27,9	29,6	29,5	31,5	33,4	32,6	31,9	31,1	27,2
MA	30,6	30,7	25,4	27,1	27,5	29,2	30,8	28,7	28,2	27,4	25,8
PI	34,8	34,4	30,5	29,8	31,7	30,1	28,5	27,2	31,3	32,6	27,4
PB	32,9	30,2	32,1	32,9	29,9	30,1	30,3	32,9	24,1	31,0	30,0
PE	29,2	28,1	26,9	26,2	26,9	30,4	33,8	38,6	28,4	31,1	31,1
AL	33,8	34,8	27,2	34,1	26,1	30,1	34,1	32,1	32,1	32,2	34,7
RN	22,1	23,1	20,8	23,2	20,9	24,0	27,0	30,1	33,2	26,3	28,6

Fonte: IBGE, 2005, 2015

4.2 Passivo Econômico (PASSECON)

Nesta subseção apresentam-se as evoluções dos passivos de renda no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015.

Antes de discutir a evolução do indicador passivo econômico, assim como em Lemos (2012) se acredita ser importante mostrar de antemão a evolução do salário mínimo no Brasil, tanto de forma nominal como em valores atualizados para 2015, corrigidos pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 6.

A tabela 6 sugere valores crescendo acima da inflação aferida, entre os anos de 2005 a 2015, pelo IGP. Pode-se sugerir também, que houve um impacto no indicador passivo econômico com a elevação real do salário mínimo, pois a faixa de zero a dois salários mínimos, de fato, teve um aumento considerando o poder aquisitivo.

Tabela 6 – Evolução do salário mínimo mensal e nominal e em valores corridos pelo IGP para o ano de 2015, no período de 2005 a 2015.

ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL (R\$)	300,00	350,00	380,00	415,00	465,00	510,00	540,00	622,00	678,00	724,00	788,00
SALÁRIO MINIMO EM VALOR DE 2015 (R\$)	499,37	585,61	607,81	608,83	639,03	703,15	669,13	739,02	745,16	753,38	788,00

Fonte: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2020

Assim, deve-se levar em consideração que parte da migração da população para uma menor faixa de renda é relacionada a essa elevação real do salário mínimo.

Não se pode esquecer também dos programas de transferência de renda que mesmo com sua maior abrangência, não reduziram as taxas de passivo econômico no Nordeste. Isso se dá porque mesmo que os programas tenham facilitado a entrada, não criou quaisquer instrumentos para as famílias saírem com segurança de renda auferida pelo trabalho dignamente remunerado.

Segundo Carvalho (2006) os programas de transferência de renda geram muitas controvérsias. Alguns argumentam que o mesmo reduz o incentivo ao trabalho, reforça a dependência dos beneficiários por parte do governo, outros dizem que os benefícios não gerariam problemas de incentivo ao trabalho já que os mesmos são de baixos valores e ainda franquearia o acesso à saúde, alimentação e educação onde sem eles, em decorrência da baixa renda os indivíduos não conseguiriam ter acesso.

Segundo Soares, Sousa e Silva (2016) entre 2004 e 2013 a pobreza caiu de vinte por cento para nove por cento da população, mas ainda assim o Nordeste está entre as regiões que apresentam as maiores taxas de prevalência da pobreza.

Assim, se pode observar nas tabelas 7, 8 e 9 os altos índices de Passivo Econômico apresentados para a região Nordeste entre os anos de 2005 e 2015.

A Tabela 7 apresenta as evoluções dos passivos de renda no Nordeste do Brasil, entre os anos de 2005 e 2015. Analisando os resultados podemos observar que o indicador passivo econômico no Nordeste ao invés de regredir, como desejável, avançou 1,6%, passando de 55,9% em 2005 para 57,5% em 2015.

Alagoas mais uma vez se mostrou ser o estado com as maiores taxas, iniciando em 2005 com 63,1% de sua população em passivo econômico e terminando em 2015 com 64,1% de sua população em passivo econômico.

Apenas dois estados reduziram seu passivo econômico no período analisado, Piau com 2,8% de redução e Rio Grande do Norte com 0,5% de redução.

Tabela 7 – Evolução da privação de renda nos estados do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – Passivo Econômico Geral, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
NE	55,9	57,0	56,0	54,8	56,1	62,2	68,3	59,2	56,8	54,4	57,5
BA	55,2	55,4	56,7	54,9	55,0	62,3	69,5	73,5	54,8	54,1	58,0
CE	56,9	56,1	57,1	54,4	54,6	64,5	74,3	72,6	74,8	56,4	58,7
SE	51,4	55,5	51,2	50,8	53,3	61,4	69,5	55,2	54,4	52,4	55,7
MA	58,0	59,7	57,9	55,0	55,2	65,2	75,2	61,2	56,3	56,6	60,6
PI	59,0	58,7	57,2	54,2	55,7	64,9	74,0	55,6	54,6	54,3	56,2
PB	52,4	56,0	56,3	55,7	57,3	55,0	52,6	53,1	56,4	50,8	54,0
PE	54,6	56,8	57,4	55,4	56,9	63,4	69,9	53,5	52,6	51,2	57,9
AL	63,1	63,2	60,6	64,8	65,4	62,1	58,9	59,1	58,7	61,7	64,1
RN	52,7	51,7	49,7	48,1	51,4	61,2	71,0	49,2	49,0	52,1	52,2

Fonte: IBGE, 2005, 2015

A tabela 8 mostra a privação de renda em áreas urbanas e a tabela 9 mostra a privação de rendas nas áreas rurais.

Analisando as mesmas, podemos observar que Alagoas tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais teve as maiores taxas de passivo econômico no período em análise, terminando 2015 com 59,8% nas áreas urbanas e 77,5% nas áreas rurais.

As menores taxas de passivo econômico urbano dos estados analisados foram apresentadas pelo Rio Grande do Norte mostrando ao final de 2015 48% e para a área rural as menores taxas foram apresentadas pelo Piau com 67,6%.

Tabela 8 – Evolução da privação de renda em áreas urbanas nos Estados do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – Passivo Econômico Urbano, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BA	48,2	48,4	49,6	48,2	48,2	47,2	46,3	51,1	49,4	49,6	52,7
CE	53,0	51,7	53,1	50,1	50,8	50,4	50,0	49,1	50,2	50,4	53,1
SE	47,0	51,7	46,2	46,2	48,1	47,9	47,7	47,4	47,8	46,5	49,7
MA	53,7	51,5	51,4	48,6	48,4	49,5	50,6	52,5	47,0	49,7	54,5
PI	49,0	47,7	47,4	44,9	46,5	49,4	52,3	51,2	47,7	48,8	50,8
PB	48,9	52,8	52,9	51,6	53,3	50,9	48,4	49,9	51,9	46,3	50,6

PE	50,2	52,0	53,3	50,7	53,2	51,0	48,8	49,1	48,7	47,3	54,4
AL	55,3	54,6	54,1	57,2	58,6	56,2	53,7	54,2	52,6	57,3	59,8
RN	46,5	46,6	43,3	42,5	46,1	47,8	49,5	44,6	45,8	47,1	48,0

Fonte: IBGE, 2005, 2015

Tabela 9 – Evolução da privação de renda em áreas rurais nos Estados do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – Passivo Econômico Rural, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BA	70,7	71,3	73,0	70,7	71,4	71,4	71,5	75,3	72,0	68,6	74,2
CE	70,4	72,2	71,8	70,1	69,2	71,9	74,6	71,7	72,8	73,8	74,0
SE	71,9	73,7	75,4	74,3	78,7	73,8	69,0	71,7	72,5	68,0	71,3
MA	70,1	77,6	72,9	71,0	71,8	71,8	71,7	74,7	70,1	67,7	70,0
PI	76,7	77,2	73,7	70,5	71,6	67,9	64,2	64,8	69,3	66,2	67,6
PB	66,0	68,6	69,6	72,0	72,6	72,5	72,5	66,9	75,1	70,9	69,0
PE	70,5	74,6	72,3	72,8	71,4	71,6	71,7	74,9	71,6	69,8	73,6
AL	80,0	83,3	76,6	81,9	81,2	77,3	73,3	72,1	74,9	74,8	77,5
RN	70,1	66,1	68,1	63,9	66,5	69,2	71,8	68,4	61,7	69,3	68,2

Fonte: IBGE, 2005, 2015

4.3 Passivo Ambiental (PASSAMBI)

Nessa seção analisaremos os três subindicadores que constituem o Passivo Ambiental: Privagua, Privsane e Privlixo. Para os dois primeiros subindicadores foi utilizado o peso de 35%, e o passivo de coleta de lixo tem peso de 30% na constituição do Passivo Ambiental.

A seguir apresentaremos a evolução desses três subindicadores entre 2005 e 2015 para o Nordeste do Brasil.

4.3.1 Privação de Acesso à Água Encanada (PRIVAGUA)

Na tabela 10 serão apresentados os resultados obtidos para a evolução da privação de acesso a água encanada no Nordeste do Brasil de 2005 a 2015. Nas Tabelas 11 e 12 respectivamente, se apresentam as privações de acesso a água encanada nas áreas urbanas e rurais do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015.

No Nordeste, se mostra uma enorme deficiência em relação a este indicador, porém, conseguimos observar que entre os anos de 2005 e 2015 houve um enorme esforço em todos os estados da região para reduzir o percentual das populações privadas de água encanada. O Nordeste em geral mostrou uma redução de 7,0% das populações privadas a água encanada.

Todos os estados, exceto Rio Grande do Norte, reduziram sua privação a água encanada. O Piauí foi estado que se destacou, com uma redução de 19,9%. Iniciou em 2005 com 32,9% e terminou em 2015 com 13% de sua população privada a água encanada. Já o Rio Grande do

Norte, como já citado, foi o único dentre os analisados que mostrou um aumento de sua privação, passando de 12,2% para 14,6%.

Tabela 10 – Evolução da Privação de Acesso à Água Encanada nos Estados do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – PRIVAGUA Geral, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
NE	25,5	24,4	23,7	21,8	22,0	20,3	18,5	18,9	20,7	16,3	18,5
BA	24,9	23,1	23,6	20,5	20,4	19,2	17,9	17,2	17,2	8,2	8,0
CE	26,0	24,8	21,4	19,4	18,2	20,1	22,0	21,8	22,8	21,8	22,1
SE	12,0	10,9	10,6	11,6	13,0	7,7	2,4	11,8	5,7	13,3	4,8
MA	38,7	39,9	35,9	30,3	32,5	32,6	32,7	28,8	31,7	33,6	37,7
PI	32,9	29,5	34,9	30,8	26,0	21,9	17,7	16,1	31,9	11,0	13,0
PB	21,8	19,3	21,5	22,4	20,8	19,7	18,6	18,4	19,5	9,6	19,7
PE	24,9	23,5	24,2	23,0	22,5	20,0	17,5	18,6	17,6	19,8	20,9
AL	35,9	37,4	29,4	26,3	32,9	29,3	25,6	25,6	27,6	16,6	25,3
RN	12,2	11,3	12,1	12,2	11,6	12,1	12,5	11,8	12,1	13,2	14,6

Fonte: IBGE, 2005, 2015

Alagoas mais uma vez se mostra com as maiores taxas, em 2005 estava com 22,8% de sua população urbana privada de acesso a água encanada, mas como dito acima conseguimos observar uma redução eficiente, finalizando 2015 com 18% de sua população urbana, privada de acesso a água encanada.

Rio grande do Norte mostrou as menores taxas em 2005, com apenas 2,5% de sua população urbana privada de água encanada, porém em 2015 mostrou um aumento considerável, passando para 4,6% de sua população urbana privada ao acesso de água encanada.

Tabela 11– Evolução da Privação de Acesso à Água Encanada nos Estados do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – PRIVAGUA Urbano, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BA	5,4	4,6	4,1	4,2	3,7	4,1	4,5	4,4	4,2	3,9	3,0
CE	12,1	11,5	9,8	8,5	8,1	7,7	7,3	6,8	7,5	7,0	6,8
SE	4,3	5,1	4,6	4,3	5,0	3,9	2,7	2,5	2,0	1,6	1,8
MA	18,3	18,2	18,7	14,8	16,5	17,2	17,9	12,0	15,2	17,3	20,3
PI	9,8	6,2	9,4	7,1	7,2	4,5	1,7	2,4	6,5	4,2	2,4
PB	5,3	3,1	5,4	6,4	3,2	4,2	5,2	3,9	4,1	4,8	4,4
PE	10,5	9,2	9,5	8,9	9,2	8,6	8,0	8,3	7,0	8,8	10,2
AL	22,8	22,7	14,2	11,1	18,4	15,7	12,9	14,5	20,1	18,3	18,0
RN	2,5	3,2	3,6	4,4	3,0	2,8	2,6	1,4	1,0	1,3	4,6

Fonte: IBGE, 2005, 2015

Quando adentramos nas áreas rurais, podemos observar uma deficiência ainda maior no que se refere ao acesso à água encanada.

A Paraíba foi o estado que apresentou maiores taxas, tanto no início como no fim da série analisada. Em 2005 mostrou uma taxa absurda de 85,9% de sua população rural privada ao acesso a água, e em 2015 mostrou 83,5% de sua população rural privada ao acesso a água. Uma redução pequena considerando os outros estados e o período analisado.

Tabela 12– Evolução da Privação de Acesso à Água Encanada nos Estados Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – PRIVAGUA Rural, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BA	68,3	65,6	68,3	59,4	60,7	59,1	57,4	56,6	57,5	53,2	50,7
CE	73,9	72,4	63,5	59,3	56,4	60,5	64,6	66,2	66,5	94,9	62,7
SE	48,3	38,4	39,4	48,6	51,3	45,8	40,2	39,1	46,6	43,1	41,5
MA	82,3	88,1	75,5	68,9	70,9	63,9	56,8	54,7	55,9	59,5	64,3
PI	73,5	68,7	77,6	72,0	58,2	54,3	50,4	41,6	86,2	56,4	35,4
PB	85,9	81,3	84,7	86,2	87,3	84,8	82,2	81,4	83,8	82,5	83,5
PE	77,6	77,8	77,7	75,2	73,6	69,8	66,0	67,3	69,0	71,6	68,8
AL	64,4	71,7	66,5	60,4	66,3	60,8	55,2	55,7	47,0	51,6	47,4
RN	39,6	34,9	36,5	34,1	35,6	43,4	51,1	54,2	56,5	55,0	52,9

Fonte: IBGE, 2005, 2015

4.3.2 Privação de Acesso ao Saneamento (PRIVSANE)

Na tabela 13 estão apresentados os resultados obtidos para a evolução da privação de acesso ao saneamento no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015. Nas Tabelas 14 e 15 respectivamente, se apresentam as privações de acesso a água encanada nas áreas urbanas e rurais do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015.

Segundo Garcia e Ferreira (2017) Ter saneamento básico é essencial para que um país possa ser chamado de desenvolvido. Água tratada, coleta e tratamento dos esgotos levam à melhoria da qualidade de vidas das da população, sobretudo na saúde infantil considerando a redução da mortalidade infantil, as melhorias na educação, no turismo, na valorização dos imóveis, na renda do trabalhador, na não poluição dos rios e preservação dos recursos hídricos.

No Nordeste a privação ao saneamento caiu de 51% para 35,2% entre os anos de 2005 e 2015, isto é, uma redução de 15,7%.

Pernambuco mostrou uma excelente redução na privação, comparado aos outros estados, o mesmo passou de 59,4% em 2005 para 30,6% em 2015, uma redução de 28,8%.

Tabela 13 – Evolução da Privação de Acesso ao Saneamento nos Estados Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – PRIVSANE Geral, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
NE	51,0	50,0	45,2	44,6	51,3	44,4	37,4	35,9	42,4	38,5	35,2
BA	53,4	47,9	39,5	42,7	47,0	43,8	40,5	37,4	37,4	34,1	29,1
CE	59,2	57,5	50,2	48,2	56,4	51,3	46,1	46,9	50,8	55,2	48,1
SE	28,2	28,3	28,1	25,3	25,0	27,7	30,4	30,1	41,5	47,3	35,8
MA	50,5	47,0	47,4	39,0	47,7	47,9	48,0	49,2	47,8	52,0	42,7
PI	46,7	36,2	40,5	40,5	50,9	39,5	28,0	27,0	19,7	17,8	15,2
PB	47,7	50,5	43,4	42,2	46,2	40,3	34,4	27,2	35,6	29,3	29,4
PE	59,4	58,5	46,1	48,2	59,0	45,5	31,9	37,2	38,8	32,8	30,6
AL	69,5	70,4	68,3	63,2	70,1	61,7	53,3	50,5	69,6	44,2	45,6
RN	44,1	54,1	43,2	51,9	59,7	41,7	23,7	17,4	40,8	33,7	40,7

Fonte: IBGE, 2005, 2015

A situação do Nordeste, neste sentido, é complicada. Em geral os números são alarmantes. Na área urbana Alagoas mais uma vez apresentou as maiores taxas, tanto em 2005 com 58,7% quanto em 2015 com 36%, mesmo mostrando as maiores taxas da região, Alagoas mostrou uma redução de 22,7% no indicador.

As menores taxas em 2005 ficaram para Sergipe com 15,8% e em 2015 para o Piau, com apenas 3% de sua população privada de saneamento nas áreas urbanas.

Tabela 14– Evolução da Privação de Acesso ao Saneamento nos Estados do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – PRIVSANE Urbano, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BA	35,4	28,3	19,7	25,2	32,0	36,3	40,5	23,4	22,8	20,4	15,6
CE	49,4	47,6	39,4	37,1	46,2	38,8	31,3	33,8	36,3	42,8	35,7
SE	15,8	18,3	15,3	13,3	14,1	16,5	18,9	17,5	25,4	30,8	18,3
MA	33,9	29,3	31,0	22,2	35,4	33,8	32,1	34,6	33,5	39,0	27,9
PI	22,9	13,1	16,6	20,5	41,9	26,9	11,9	10,6	5,9	4,9	3,0
PB	35,8	39,0	32,4	29,3	33,5	28,9	24,3	17,9	26,2	15,7	17,5
PE	49,2	49,0	34,6	36,8	51,6	37,0	22,4	28,5	30,8	25,0	22,5
AL	58,7	62,5	64,4	51,0	61,4	51,9	42,3	40,6	60,3	33,7	36,0
RN	31,8	42,4	32,0	44,9	54,8	35,8	16,7	12,1	33,5	45,0	35,3

Fonte: IBGE, 2005, 2015

Nas áreas rurais, a situação é sempre mais delicada, os números (tabela 15) são absurdos. Em 2005 Pernambuco apresentou a maior taxa e privação ao saneamento, chegando a 96,6%, porém apresentou também uma grande redução dessa taxa no período analisado, chegando em 2015 com 66,4%, ou seja, mostrando uma redução de 30,2%. Em 2015 o Ceará apresentou a

maior taxa, com 81,5%, o mesmo também apresentou redução da taxa entre o período analisado, apresentando uma redução de 11,4%.

A menor taxa dos estados analisados, porém não menos expressiva em 2005 foi do Rio Grande do Norte com 78,7% de sua população privada ao saneamento, em 2015 a menor taxa de privação ao saneamento foi apresentada pelo Maranhão com 66,4%

Tabela 15– Evolução da Privação de Acesso ao Saneamento nos Estados do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – PRIVSANE Rural, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BA	93,6	92,9	84,9	84,5	83,1	83,7	84,3	79,9	82,6	77,9	69,5
CE	92,9	92,8	89,7	88,9	94,7	91,7	88,7	85,8	91,7	91,2	81,5
SE	87,0	74,8	89,9	86,6	77,7	70,6	63,5	66,9	84,5	90,2	81,4
MA	86,0	86,4	85,3	80,6	77,4	75,3	73,1	71,8	68,9	72,6	65,3
PI	88,6	75,2	80,5	75,3	66,4	63,4	60,3	61,1	48,9	45,0	40,9
PB	94,2	94,6	86,5	93,6	94,7	88,5	82,2	67,8	74,8	87,4	76,1
PE	96,6	94,5	87,7	90,4	87,4	83,5	79,5	43,9	77,0	70,2	66,4
AL	93,0	88,8	77,9	90,6	89,9	87,1	84,2	76,3	94,4	74,1	74,7
RN	78,7	87,4	75,5	71,6	73,3	62,2	51,1	39,2	69,9	64,5	74,5

Fonte: IBGE, 2005, 2015

4.3.3 Privação de Acesso a Coleta de Lixo (PRIVLIXO)

Na tabela 13 serão apresentados os resultados obtidos para a evolução da privação de acesso a coleta de lixo no Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015. Nas Tabelas 14 e 15 respectivamente, se apresentam as privações de acesso a coleta de lixo nas áreas urbanas e rurais do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015.

Segundo Lemos (2012) além de uma simples coleta de lixo outro fator de extrema importância é dar o destino adequado ao lixo, porém esse assunto não é objeto de nosso estudo.

Analisando a tabela 16 observamos que houve uma boa redução da privação a coleta de lixo no Nordeste, dentro do período analisado. A mesma passou de 28,1% para 20,8%, uma redução de 7,2% da privação.

Piauí mais uma vez se mostrou o estado com a maior redução da privação, passou de 48,9% para 30,9%, uma redução de 18%, seguido de Alagoas com uma redução de 11,8%.

Maranhão foi o único estado do Nordeste no período estudado que mostrou aumento de sua privação a coleta de lixo, passando de 40,4% para 40,6%. Um aumento pequeno, porém, relevante, considerando que todos os outros estados reduziram sua privação.

Tabela 16 – Evolução da Privação a Coleta de Lixo nos Estados do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – PRIVLIXO Geral, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
NE	28,1	27,2	26,0	24,6	23,9	23,3	22,8	23,4	22,1	21,4	20,8
BA	28,6	27,5	26,5	24,8	23,9	22,3	20,6	21,3	19,7	18,0	18,9
CE	27,8	26,4	25,7	24,0	22,6	23,6	24,6	24,3	23,3	22,5	23,4
SE	18,2	16,9	16,2	14,6	14,1	14,4	14,7	15,5	15,3	16,5	15,0
MA	40,4	39,3	36,9	33,5	33,9	38,9	43,8	46,0	42,6	41,2	40,6
PI	48,9	48,7	45,9	43,8	43,2	40,2	37,2	37,3	32,8	32,2	30,9
PB	22,6	22,7	20,9	19,6	19,5	17,4	15,2	17,6	16,9	14,8	15,9
PE	21,5	21,4	21,3	20,6	18,9	16,5	14,1	14,5	14,6	15,1	15,1
AL	28,2	26,3	24,5	24,9	24,9	23,4	21,8	21,2	21,5	18,3	16,4
RN	16,6	15,9	15,7	15,6	13,7	13,5	13,3	12,5	12,4	13,7	11,4

Fonte: IBGE, 2005, 2015

As taxas das áreas rurais mostraram uma situação drástica se comparada às taxas das áreas urbanas. Um exemplo disso é a Paraíba que terminou o ano de 2015 com apenas 0,6% de sua população urbana privada da coleta de lixo, já nas áreas rurais mostrou umas das maiores taxas com 79,4% da população privada desse serviço.

Tabela 17– Evolução da Privação a Coleta de Lixo nos Estados do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – PRIVLIXO urbano, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BA	4,4	3,9	3,0	2,6	2,1	2,3	2,5	2,8	2,0	1,4	1,6
CE	9,9	9,4	8,7	7,1	6,8	5,0	3,1	3,4	2,8	2,3	2,1
SE	5,6	4,7	3,9	3,5	2,6	1,7	0,7	0,9	0,9	1,0	0,8
MA	16,3	15,5	13,7	10,1	9,7	12,9	16,1	19,3	13,5	14,1	12,5
PI	21,0	19,3	16,3	14,4	13,7	12,4	11,0	11,4	6,5	6,5	4,4
PB	4,4	3,6	2,8	1,5	0,9	1,1	1,3	2,1	1,2	0,9	0,6
PE	4,3	4,9	4,3	3,6	2,5	2,2	1,9	2,1	2,4	2,7	2,0
AL	3,8	2,9	2,0	1,7	1,1	1,8	2,5	2,1	2,1	1,5	1,0
RN	2,3	1,9	2,0	1,9	1,9	1,3	0,6	1,2	0,4	0,8	0,7

Fonte: IBGE, 2005, 2015

Tabela 18– Evolução da Privação a Coleta de Lixo nos Estados do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – PRIVLIXO Rural, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BA	82,6	81,7	80,1	77,5	76,4	76,6	76,8	78,2	74,7	71,2	71,1
CE	89,1	87,8	87,5	85,5	81,8	84,3	86,8	86,3	81,3	80,9	79,2
SE	77,7	74,8	75,4	71,1	69,7	62,7	55,7	56,9	54,1	56,5	51,6

MA	92,0	92,2	90,6	91,5	92,3	90,5	88,6	87,2	85,7	84,5	83,6
PI	98,0	98,3	95,4	94,7	93,7	92,3	90,9	91,8	88,9	93,5	86,5
PB	93,8	96,6	92,2	92,0	90,2	85,7	81,2	84,6	82,5	77,5	79,4
PE	84,3	83,9	83,5	83,3	81,4	78,6	75,7	76,2	73,6	73,3	73,5
AL	81,6	81,1	79,4	76,8	79,6	78,3	77,0	73,3	72,2	65,9	63,5
RN	56,6	56,3	55,3	54,4	47,1	55,4	63,7	59,3	60,3	57,9	52,5

Fonte: IBGE, 2005, 2015

5 INDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL NOS ESTADOS DO NORDESTE BRASILEIRO

Como já foi apresentada a evolução dos indicadores que compõe o IES, mostraremos agora a evolução anual dos Índices de Exclusão Social (IES) para o Nordeste do Brasil, estados que o compõe, de forma geral, para as áreas urbanas e para as áreas rurais no período em análise, compreendido entre os anos de 2005 e 2015.

Observa-se que a exclusão social no Nordeste do Brasil regrediu apenas 3,5% no período analisado. Caiu de 37% em 2005 para 33,5% em 2015.

Tabela 19 – Evolução do IES das Áreas Urbanas nos Estados do Nordeste do Brasil, entre 2005 e 2015 - IES Geral, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
NE	37,0	36,7	35,2	34,5	35,3	36,7	38,1	34,8	34,7	32,8	33,5
BA	36,5	35,5	34,2	34,0	34,2	35,8	37,4	38,9	31,9	30,1	30,6
CE	37,9	36,7	35,5	34,2	34,5	37,8	41,1	40,5	41,9	35,5	36,1
SE	30,1	30,7	30,4	27,7	28,9	31,8	34,7	30,8	31,3	32,2	30,6
MA	40,7	40,4	38,6	35,7	36,7	41,5	46,3	41,0	38,8	39,4	39,9
PI	41,5	39,8	39,2	37,3	38,6	39,7	40,8	33,9	34,4	32,0	31,7
PB	35,0	35,9	34,1	35,0	35,6	34,1	32,6	31,4	33,4	29,1	31,5
PE	35,7	35,9	36,1	34,0	35,5	36,0	36,4	31,7	31,0	29,9	32,4
AL	44,0	43,9	39,2	42,1	42,4	40,4	38,5	38,2	40,2	37,3	38,4
RN	31,3	31,9	29,8	30,8	31,6	33,5	35,4	27,0	29,8	30,1	30,6

Fonte: IBGE, 2005, 2015

Podemos observar que as áreas urbanas do Nordeste brasileiro apresentam um IES com taxas bem mais reduzidas do que as taxas das áreas rurais. Onde este resultado já era esperado, levando em consideração que os indicadores de privações mostraram taxas bem mais elevadas nas áreas rurais.

Alagoas com 15,4%, Maranhão com 14,2% e Paraíba com 14% de sua população excluída, foram os estados do Nordeste com os maiores IES nas áreas urbanas.

A Bahia apresentou o menor IES em 2015, com 9,1%. Sergipe ficou em segundo Lugar com 11,1% e Pernambuco estava em terceiro lugar com 11,6% de sua população na condição de socialmente excluída nas áreas urbanas.

Tabela 20 – Evolução do IES das Áreas Urbanas nos Estados do Nordeste Brasil, entre 2005 e 2015 - IES Urbano, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BA	12,6	12,1	12,0	11,0	10,9	10,6	10,3	11,3	10,3	10,2	9,1
CE	14,7	14,0	13,1	13,4	12,6	12,2	11,8	12,5	12,5	12,3	12,7
SE	14,6	12,7	12,5	10,2	11,1	10,6	10,1	10,6	11,5	11,8	11,1
MA	16,5	14,5	14,6	13,5	12,4	14,2	15,9	15,6	14,2	14,9	14,2
PI	16,1	15,6	14,1	14,0	13,6	14,2	14,7	15,3	14,5	14,2	13,2
PB	17,6	16,5	15,6	16,3	16,1	15,2	14,3	15,2	15,4	13,7	14,0
PE	12,9	12,1	12,4	11,9	11,9	12,4	12,8	14,1	12,6	11,1	11,6
AL	18,8	17,6	16,4	16,9	14,9	16,0	17,1	17,9	16,3	18,1	15,4
RN	13,0	12,8	12,6	14,4	11,2	12,0	12,8	12,5	13,0	13,2	12,2

Fonte: IBGE, 2005, 2015

Alagoas com 34,7%, Pernambuco com 31,1% e Paraíba com 30% de sua população excluída, foram os estados do Nordeste com os maiores IES nas áreas rurais.

O Maranhão apresentou o menor IES em 2015, com 25,8%. Bahia ficou em segundo Lugar com 26,4% e Sergipe estava em terceiro lugar com 27,2% de sua população na condição de socialmente excluída nas áreas rurais.

Tabela 21 – Evolução do IES das Áreas Rurais nos Estados do Nordeste do Brasil entre 2005 e 2015 – IES Rural, em percentuais (%)

ESTADO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BA	30,0	29,4	30,4	30,1	28,8	27,8	26,7	26,8	28,2	28,9	26,4
CE	31,0	28,1	26,4	29,3	26,5	28,1	29,6	26,9	28,7	27,7	29,8
SE	32,9	32,3	27,9	29,6	29,5	31,5	33,4	32,6	31,9	31,1	27,2
MA	30,6	30,7	25,4	27,1	27,5	29,2	30,8	28,7	28,2	27,4	25,8
PI	34,8	34,4	30,5	29,8	31,7	30,1	28,5	27,2	31,3	32,6	27,4
PB	32,9	30,2	32,1	32,9	29,9	30,1	30,3	32,9	24,1	31,0	30,0
PE	29,2	28,1	26,9	26,2	26,9	30,4	33,8	38,6	28,4	31,1	31,1
AL	33,8	34,8	27,2	34,1	26,1	30,1	34,1	32,1	32,1	32,2	34,7
RN	22,1	23,1	20,8	23,2	20,9	24,0	27,0	30,1	33,2	26,3	28,6

Fonte: IBGE, 2005, 2015

6 CONCLUSÃO

Os resultados que encontramos nesse estudo nos mostram que o objetivo geral da pesquisa foi atingido, tendo em vista que os indicadores dos estados do Nordeste do Brasil foram identificados e quantificados na pesquisa.

Dos indícios encontrados nesta pesquisa, conclui-se que grande parte da população dos estados pesquisados, encontrava-se em uma situação de extrema vulnerabilidade social. Com o estudo do IES nesses estados foi possível estimar o percentual de excluídos em cada um deles.

Foram constatados números bem evidentes de baixas escolaridades, representados pelas elevadas taxas de analfabetismo na população com mais de 15 anos. Constatou-se também que a maioria das populações dos estados estudados sobrevive com níveis de renda muito reduzidos, levando em consideração os elevados números do indicador passivo de renda.

Já no que diz respeito aos indicadores do passivo ambiental, observa-se que os mesmos são muito críticos.

No geral, conclui-se na pesquisa que os estados apresentam uma carência universal referente aos indicadores estudados, a respeito da educação, renda e meio ambiente, tendo as áreas rurais taxas bem mais elevadas que as urbanas. O trabalho também mostrou que não houve grande evolução nos indicadores, comparando os mesmos ao período analisado em Lemos (2012), isto é, um período de 6 anos depois. Com isso, insinua-se que muitas providências não têm sido tomadas para reverter esse quadro de carência no Nordeste do Brasil.

7 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. F, **Integração Social e exclusão social: algumas questões**. Análise Social, Lisboa, v. XXVIII, n. 123-124, p. 832, 1993
- BENTO, J.A. *et al.* Avaliação multidimensional da exclusão social em áreas rurais. **Revista Ciência Administrativa**. 2016.
- BORBA A.A, LIMA H.M. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia**. Serv Soc Soc. 2011.
- CARVALHO JUNIOR, P. H. (2006). **Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais: 1995-2004**. Brasília: IPEA (Texto para Discussão, 1236).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social (2003-05), Bruxelas, 12/12/2003, COM (2003) 773 Final, 2003
- COSTA NETO, Y. C. **Bancos oficiais no Brasil: origens e aspectos do seu desenvolvimento**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.
- FILHO, A. *et al.* **Manual de Economia**. 3. ed. Saraiva: São Paulo, p. 514, 1998 *apud* C.P. Kindleberguer & Herrick, Economic development, 3ed., McGraw-Hill, 1977, cap 1.
- FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 4 (96), p. 483-486, out. Dez. 2004.
- GARCIA, M S D; FERREIRA, M de P – Saneamento Básico: Meio Ambiente e Dignidade Humana – **Dignidade Revista**, S.1, v. 2, n. 2, p. 12, July 2017.
- HUMAN DEVELOPMENT REPORT. New York: United Nations Development Program, 1997.
- IBGE, Diretoria de Geociência. **XI recenseamento geral do Brasil**: manual de delimitação dos setores de 2000, Rio de Janeiro, 2000.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. Brasília: Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 21, n. 3, p. 388, set./ dez. 2004. Disponível: <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702/4887>. Acesso em: 29 de setembro de 2019
- LEMOS, J.J.S. **Mapa da Exclusão Social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. 3. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste Brasil, 2012.
- MARCUZZO, J.L. e RAMOS, M.P. **A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional**: uma avaliação de diferentes metodologias e classificação, Santa Cruz do Sul, 2005.
- MONTEIRO, Marcos Adoniram Lemos. **Um jumentinho na avenida**: A Missão da Igreja e as Cidades. Viçosa - MG. Editora Ultimato. 2007.
- OLIVEIRA, F. M. **Trabalho no Nordeste em perspectiva histórica**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 30, n. 87, maio/ago 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00049.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.

- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. FGV, 2006.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RODRIGUES, Eduardo Vítor. **O Estado-providência e os processos de exclusão social**: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. *Sociologia*, Porto, n. 10, p. 176, 2000.
- ROSAS, C A da F. **A desconstrução da dicotomia rural-urbano no extremo noroeste paulista**. Universidade Federal de Uberlândia. 2010.
- SAMUELSON, P. A. e NORDHAUS, W. D. (1988), **Economia**. 12.^aed. McGraw Hill, Lisboa.
- SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Site Institucional*. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/auditoria/tomada-de-contas-especial/58-paginas/89-a-sudeneacao-pelo-nordeste>> Acessado em: 21 set. 2019.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SHEPPARD, Michael. *Social work and social exclusion: the idea of practice*. Aldershot: Ashgate, 2006
- SILVA, Abinoã Cunha; BANDEIRA, Ellen Suenne F.; LOPES, Ester Borges. **Pobreza No Brasil**: aspectos conceituais e o processo de construção histórica. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Disponível em: Acesso em 10 de nov de 2019.
- SILVER, Hilary. **Políticas dos países europeus para promover a inclusão social**. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). *Inclusão social e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- SOARES, S.; SOUZA, L.R; SILVA, W.J; SILVEIRA, F.G., 2015. *Perfil da Pobreza: Norte e Nordeste Rurais*. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo.
- VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio o século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- VINHAIS, P. & Souza, A. P. (2006). **Pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza no Brasil**. In *Anais do Encontro Nacional de Economia*, Salvador. ANPEC